



A FEDERAÇÃO CARNAVALESCA DE PERNAMBUCO E A PERSEGUIÇÃO AOS MARACATUS RURAIS: O CASO DO MARACATU INDIANO

Rosana Maria dos Santos¹

RESUMO

A Federação Carnavalesca de Pernambuco foi criada na década de trinta pelo interventor Agamenon Magalhães, com o objetivo de ficar responsável pela organização do carnaval. Mas, na realidade a sua função era controlar e fiscalizar as atividades culturais antes e durante o carnaval. Desse modo, a criação Federação Carnavalesca de Pernambuco foi vista como um dos muitos resultados de institucionalização do carnaval da cidade. As elites locais precisavam ter o controle sobre o carnaval, acabar com a violência, assim como também precisava livrar a cidade de “perigosos homens negros e pobres”. “Homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante o carnaval”, fazendo como que as autoridades policiais e os responsáveis pela organização do carnaval de rua tornassem mais intensos o “policiamento” durante os dias de momo. Assim para tornar mais organizado o carnaval do Recife foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana em 1934. Uma das suas imposições ocorre nos maracatus rurais, ou com também são conhecidos maracatus de baque solto. O presente trabalho se propõe analisar o processo de transformação e aceitação do maracatu Indiano, que foi um maracatu de orquestra, ou como é mais conhecido nos dias de hoje, um maracatu rural, que se transforma em maracatu nação por ordem da Federação Carnavalesca de Pernambuco em 1957.

Palavras chave: exigências, carnaval do Recife, maracatu baque solto

ABSTRACT

The Pernambuco Carnival Federation was created in the thirties by the intervenor Agamenon Magalhães, with the objective of being responsible for organizing the carnival. But in reality its function was to control and monitor the cultural activities before and during the carnival. So, the creation of Pernambuco Carnival Federation was seen as one of the many results of institutionalization of the carnival in town. The local elites needed to have the control over carnival, stop the violence, as well as needed to rid the city of "dangerous and poor black men." "Men and women who danced freely in the streets during carnival", doing as the police and the organizers of the street carnival became more intense the "policing" during the days of Momo. So to become more organized carnival of Recife was created the Pernambuco Carnival Federation in 1934. One of his charges occurs in rural maracatus who are also known as maracatus to loose blow. This study aims to analyze the process of transformation and acceptance of maracatu Indiano, who was a maracatu orchestra, or as it is known today, a maracatu rural, which turns into maracatu nation by order of the in Pernambuco Carnival Federation 1957.

Key words: requirements, carnival of Recife, maracatu thud released

¹ Graduada em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e Pós Graduada em Turismo e Patrimônio. Atualmente é estudante de história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e estudante do Programa de Pós Graduação em história do Nordeste do Brasil da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). rosanamaria23@ig.com.br





A DITADURA DE 1930 E A POLÍTICA DE AGAMENON MAGALHÃES NO RECIFE

O Golpe Militar de 1930 foi movimento promovido pela classe média já expressiva nessa época, e pelo tenentismo símbolo de oposição ao rigor da hierarquia militar, assim como também, pelo movimento operário politizado pelos imigrantes europeus, todos insatisfeitos com a chamada República Velha, ou a República do café com leite. Em síntese a revolução de trinta foi o fim hegemonia política econômica de São Paulo e Minas Gerais.

O apoio da Igreja Católica foi fundamental para consolidação de Getúlio Vargas no poder. Para firmar essa aliança no dia 12 de outubro de 1931 ele oferece dois grandes “monumentos” à instituição Católica: a inauguração da estatua do Cristo Redentor e a permissão do ensino religioso nas escolas públicas. Com essas duas medidas Vargas tinha por objetivo criar uma “tradição” do ensino religioso no Brasil, e o fomento do turismo com a divulgação do Cristo Redentor, que se transforma no cartão postal do turismo brasileiro, e o Rio de Janeiro, e conseqüentemente, se torna o símbolo da hospitalidade brasileira.

Em 1931 Vargas cria o Departamento Oficial de Publicidade, com o objetivo de organizar o estado e direcionar a opinião pública em torno da imagem de Getúlio Vargas, posteriormente, em 1934, com a Constituição, a máquina burocrática reorganiza-se, criando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC).

Em 1939 Getúlio fortalece mais ainda seu governo com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que em um de seus decretos menciona a atividade turística como prioridade de seu “governo”.

Com essas mediadas, Getúlio Vargas fortalece sua centralização política se utilizando do Turismo e da cultura em geral. O DIP consolida também a sua imagem com o “o pai dos pobres” e o homem que trará o desenvolvimento que faltava ao país. Na verdade a política de Vargas tentava agradar aos dois lados da sociedade: a classe média e o proletariado, e para isso ele se utiliza da imagem de um Brasil que está crescendo voltado para o Turismo, uma das atividades que mais cresce no mundo.

Com o do Estado Novo, em 1937, Pernambuco passa a ser governado por Agamenon Magalhães, como Interventor Federal indicado por Getúlio Vargas.

Sertanejo da Vila Bela (Serra Talhada) Agamenon Sérgio Godoy de Magalhães nasceu em 1893. Sua formação acadêmica ocorre nas instituições católicas, Colégio Arquidiocesano



e Seminário de Olinda. Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1916.

Na primeira fase do governo Vargas, Agamenon Magalhães ocupou o Ministério do Trabalho em 1934 e em 1937 acumulou o cargo de Ministro da Justiça. No período do estado novo, foi um grande articulador, se tornou muito próximo do Presidente, sendo um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo.

Em três de dezembro de 1937 Agamenon toma posse como Interventor do Estado, em meio a grandes comemorações como passeatas missas e discursos. Logo após a posse, o Interventor começa a dar a feição do seu modo de governar.

Com características autoritárias e anticomunista ferrenho, Agamenon acreditava que o sistema democrático estava falido. Simpatizante do fascismo italiano pregava a implantação de um regime corporativista. Desse modo, governou Pernambuco com mãos de ferro, perseguindo políticos, profissionais liberais, pessoas ligadas a religião afro brasileira, intelectuais e artistas plásticos do Estado considerados de esquerda, a exemplo de Olívio Montenegro, Ulisses Pernambucano, Silvio Rabelo, Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres e tantos outros.

A repressão em Pernambuco começa a ser delineada a partir do movimento-militar de 1930, com o projeto de construção do Estado Nacional, em que se observam mudanças no perfil administrativo-governamental baseados em um projeto de modernização (CAMPOS, 2001).

Agamenon também fez modificações do perfil urbano do Recife, através de um plano de remodelação da cidade, segundo o qual, a miséria e pobreza deveriam ser escondidas. A Capital deveria ganhar status de um centro urbano limpo, onde a pobreza “aparentasse” não existir, deixando para trás seu perfil de pequena aldeia.

Para colocar em prática os seus projetos de urbanização do Recife iniciou um projeto de habitação popular, criando a Liga Social Contra o Mocambo, em 2 de julho de 1939. A entidade tinha como objetivo final, a erradicação dos mocambos, barracos utilizados como moradia por grande parte da população urbana pobre e miserável, sobretudo, nas áreas alagáveis da cidade do Recife.

No campo religioso Agamenon uniu-se à Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, e junto com a entidade moveu uma perseguição sistemática à maçonaria e às crenças não católicas, sobretudo aos cultos afro-brasileiros, esses últimos sendo tratados como caso de polícia, e não como social e religioso (CAMPOS, 2001).

Os argumentos eram vários, desde o possível apoio dado aos comunistas pelos maçons e líderes das religiões afro-brasileiras, até a idéia de higiene pública, sendo que os Centros Espíritas e de Xangôs eram considerados locais de proliferação de patologias e as lideranças espíritas e babalorixás tidos como psicopatas e praticantes de curandeirismo.

No ano de 1935 Agamenon Magalhães cria a Federação Carnavalesca de Pernambuco, cujo objetivo era ficar responsável pela organização do carnaval. Mas, na realidade o objetivo central era intervir, controlar e fiscalizar as atividades culturais e ideológicas. (MEDEIROS, 2005)

Desse modo, o presente artigo se propõe a analisar a “intervenção” sofrida pelo maracatu Indiano pela Federação Carnavalesca de Pernambuco.

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO CARNAVALESCA DE PERNAMBUCO

Para entender como os maracatus, caboclinhos, os grupos de frevo e posteriormente as escolas de samba atuavam durante as décadas de 30, 40 e 50 se faz necessário uma maior compreensão da função da Federação Carnavalesca de Pernambuco quando foi criada em 1935. Essa época foi marcada por uma forte rivalidade entre os grupos, terminando muitas vezes em pancadarias pelas ruas da cidade.

No final do século passado, o carnaval do Recife era promovido nos salões, com seus bailes de máscaras e concursos de fantasias. Enquanto que nas ruas da cidade, a organização era feita por clubes de alegorias, clubes pedestres, maracatus, caboclinhos, bandas de músicas, grupo de mascarados. Mas, os maracatus e caboclinhos tinham pouco destaque por parte da imprensa, ou até mesmo entre a população de modo geral, como afirma Ascenso Ferreira.

[...] Mesmo eu fora criado num ambiente de horror aos maracatus. As velhas lá de casa, austeras escravocratas que atribuíam à libertação dos escravos todas as causas de sua decadência financeira, fechavam as portas mal se iam aproximando as nações de Porto Rico e de Cambinda Velha cujos préstitos pomposos de veludos, lantejoulas e espelhos reluzentes ao sol, apenas eu contemplava de longe, descendo a Rua do Cruzeiro dessa ruralíssima cidade de Palmares onde nasci e cresci (FERREIRA, 1986, p.16).

Entre o final do século XIX e início do século XX o carnaval do Recife começa a sofrer intervenções, cujo objetivo central das autoridades era manter a disciplina. As autoridades policiais e os responsáveis pela organização do carnaval de rua tornam mais intensos o “policimento” durante os dias de carnaval, pois a rivalidade entre os clubes se

transforma em violência. Segundo Dantas (1991), por muitos anos houve uma preocupação, por parte das autoridades, de organizar o carnaval do Recife.

[...] no carnaval de 1938, dois clubes rivais encontraram-se numa rua da Ilha do Leite, “ os maiorais das duas agremiações convieram que não houvesse briga pois, recuar, nenhum deles admitiria. Aproximaram-se, os estandartes se cumprimentaram, as fanfarras emudeceram, as multidões se cruzaram em silêncio. De repente, ‘cedendo aos nervos tensos’, grita alguém: ‘Fala da mãe desse corno, Zé!’”. Foi a ordem de avançar, ressuscitando-se os ominosos tempos dos carnavais de sangue (SILVA, 1991,p.72).

Desse modo, nos anos trinta é marcado por uma forte rivalidades e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mais também, dos “empresários” da época. As inseguranças durante os dias de carnaval eram tão grandes, que havia agremiações que ao sair para as ruas, durante o carnaval, solicitavam antes a proteção policial.

Para tornar mais organizado o carnaval do Recife foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana em 1934. A criação FCP deve ser vista como um dos muitos resultados de institucionalização do carnaval da cidade. Para Ivaldo, (2010) as elites locais precisavam ter o controle sobre o carnaval, acabar com a violência, precisava livrar a cidade de “perigosos homens negros e pobres”. “Homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante o carnaval”.

A justificativa dada para a criação da Federação Carnavalesca é que, os elementos sociais da sociedade pernambucana estavam interessados no progresso do Estado e principalmente se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do Turismo. Por isso, resolveram fazer uma federação de clubes existentes. A Federação estava organizada nas seguintes bases:

- I - Procurar a harmonia entre os clubes filiados;
- II- Distribuir auxílios equitativos, cada ano, os clubes que tomarem parte do carnaval;
- III- Dar prêmios aos clubes carnavalescos que de modo mais condigno se apresentarem;
- IV- Desenvolver o turismo;
- V- Moldar o carnaval no sentido do tradicionalismo histórico e educacional, fazendo reviver costumes nossos, tipos da nossa história, fatos que nos educam;
- VI – colaborar com os poderes públicos para a regulamentação e boa distribuição do tráfego a fim de que não haja prejuízo do frevo que merece apoio, para a sua conservação típica;
- VII- organizar comissões para a propaganda do carnaval de Pernambuco nas cidades do interior e nos Estados vizinhos, bem como intermédio do rádio e da cinematografia (SILVA, 1991, p73-74).

As bases traçadas pela federação Carnavalesca pernambucana começam a mostrar resultados nos anos de 1935 e 1936, logo no primeiro ano da criação da federação, o carnaval ocorreu sem nenhum incidente, em plena harmonia, sem uma gota de sangue derramado (SILVA, 1991).

Mesmo diante de resultados positivos dos carnavais organizados pela Federação desde sua criação, muitas críticas podem ser feitas dentre elas, o fato da Federação ter sido criada por elementos estranhos ao carnaval do Recife, tendo como o primeiro presidente um norte americano, J. Fish, mais conhecido popularmente como Mister Ficher. A preocupação dos grupos de executivos das companhias estrangeiras, não era somente com os conflitos existentes nas ruas do Recife durante o carnaval, entre os clubes pedestres rivais, mas sim, com o comunismo, que ameaçava conquistar adeptos entre as camadas populares naqueles dias que antecederam a Intentona comunista de 1935, e a decretação do Estado Novo em 1937.

Outro fato que também consolida as críticas feitas à federação carnavalesca ocorre pelo fato de nenhum participante do 1º congresso afro-brasileiro, realizado em novembro de 1934 no Recife, participar da Federação Carnavalesca Pernambucana. Os organizadores do congresso, Gilberto Freyre e Ulysses Pernambucano, foram acusados de ter iniciativa comunista. Segundo Silva, Gilberto Freyre responde prontamente as acusações feitas ao congresso,

O congresso do Recife foi, ainda, o mais independente dos congressos. Não recebeu nenhum favor do governo. Não se associou a nenhum movimento político, a nenhuma doutrina religiosa, a nenhum partido. Não se deixou prender por nenhum sentimentalismo do gênero “Mãe Preta”, por nenhuma demagogia do tipo José Mariano. Qualquer insinuação contra a pureza intelectual das suas intenções, contra o profundo sentido brasileiro das suas tendências, peca por leviana. Ou então revela um excesso de faro policial, talvez desenvolvido em detrimento de qualidades intelectuais mais nobres (SILVA, 1991, p.77).

A explicação que pode ser dada ao fato do 1º congresso afro brasileiro do Recife ter sido considerado uma iniciativa comunista, é que tanto Freyre quanto Ulysses não concordavam com a intervenção as agremiações populares, por parte de elementos estranhos da sociedade recifense, ou seja, os administradores das multinacionais que tanto financiaram o carnaval do Recife e que estavam a frente das decisões da Federação Carnavalesca de Pernambuco.

Assim, durante muitos anos a Federação Carnavalesca Pernambucana foi o principal órgão aglutinador do carnaval. Sua função era diminuir as rivalidades entre os grupos assim como também criar uma maior disciplina.



A Federação Carnavalesca Pernambucana ficou responsável pela organização do carnaval do Recife até os anos cinquenta. A nova função que a Federação Carnavalesca assumiu, era a de promover diversas licenças para os clubes, a elaboração de contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manutenção da paz e harmonia entre os grupos, inclusive entre os grupos de frevo e escola de samba. Cabe também a FCP determinar os padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deve ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba, boi. Na década de 60, a FCP tinha em sua diretoria pessoas da alta sociedade pernambucana tais como, industriais e intelectuais. O que foi motivo de muitas críticas, pois, não existiam pessoas populares que convivessem perto dos grupos.

Em 1955, o prefeito Djair Brigadeiro sancionou a lei nº3346, de 7 de junho de 1955, oficializando o carnaval da cidade que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (SILVA, 1991).

Essa lei tinha por objetivo a promoção do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Dentre as medidas propostas pela lei foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuísem para animação e consolidação do carnaval do Recife.

Um exemplo de como decorreu a ajuda financeira as agremiações pode ser dada durante a gestão do prefeito da cidade do Recife Pelópidas Silveira em 1956. Dos 60% das verbas destinadas às agremiações seria distribuída da seguinte maneira: 35% para os clubes; 20% para os blocos; 15% para os maracatus; 15% para os caboclinhos; 10% para as troças e ursos; e 5% para as escolas de samba.

No final da década de sessenta, as escolas de samba tem grande espaço no carnaval do Recife, o que faz com que a comissão organizadora do carnaval transfira as apresentações para a Avenida Conde da Boa Vista, e ao longo dos anos, conforme o aumento das agremiações vai havendo modificações, como por exemplo, com a abertura da Avenida Dantas Barreto, em meados da década de setenta (SILVA, 1991).

Essa “invasão” das escolas de samba no carnaval do Recife vai provocar uma grande repercussão entre os intelectuais que defendem o carnaval participação, um carnaval em que todos saem às ruas livremente para brincar. Muito diferente do que propõem a Federação Carnavalesca Pernambucana, que cria uma passarela para que os grupos possam se apresentar a uma comissão julgadora.

No ano de 1964 o desfile é transferido da praça da independência para Avenida Conde da Boa Vista. A criação de “passarelas” para os desfiles das agremiações durante a década de 60,70 se torna comum no carnaval do Recife. E os antigos carnavais começam a ser lembrados de forma saudosista.

Nos antigos carnavais recifenses, antes dos dirigismos oficiais impondo as passarelas onde os clubes de rua disputam troféus, o povo se tornando mero espectador impedindo de participar da diversão, as agremiações - clubes, troças, maracatus, caboclinhos - se espalhavam livremente pelas ruas da capital pernambucana. Ruas que se enchiam lado a lado de povo, vibrando tempestuosamente na frente e atrás dos clubes, formando verdadeiras ondas humanas que dançavam e pulavam sincronicamente, ao som das frenéticas músicas. Apreciando-se de um sobrado, da Rua da Imperatriz ou da Nova, por exemplo, ruas estreitas facilitando a compressão da massa popular, tinha-se a idéia de que estava assistindo a uma fervura (VALENTE, 1977, p.68).

Segundo Silva (1991), Gilberto Freyre, na edição do diário de Pernambuco de 27 de fevereiro de 1966 transcreve um artigo no qual critica a forte atuação das escolas de samba no carnaval do Recife.

O Carnaval do Recife de 66 decorreu sob este signo terrível: Perigo de morte! É que assinalou uma descaracterização maciça, através invasão organizada, dirigida e, ao que parece, até oficializada, dos melhores redutos de Pernambucanidade: a invasão das escolas de samba [...] Um carnaval do Recife em que comecem a predominar escolas de samba ou qualquer outro exotismo dirigido, já não é um carnaval recifense ou pernambucano: é um inexpressível, postiço e até caricaturesco carnaval subcarioca ou sub-isso ou sub-aquilo. De modo que a inesperada predominância, no carnaval deste ano, do samba subcarioca, deve alarmar inquietar e despertar o brio de bom pernambucano: é preciso que a invasão seja detida; e que o carnaval de 67 volte a ser espontaneamente recifense e caracteristicamente pernambucano (SILVA,1991,p.84) .

Nesse artigo de Gilberto Freyre de percebe-se a sua insatisfação pelo o que vem acontecendo no carnaval do Recife. Muitos intelectuais da época fizeram várias críticas sobre a “invasão” das escolas de samba no nosso carnaval. Elas ganharam grande visibilidade após a década de sessenta. Esse prestígio, não ocorre só por parte da FCP, mas pelo público, que lotava as arquibancadas para vê as luxuosas escolas de samba se apresentarem nos dias de carnaval.

Entre os maracatus a situação é bem diferente, além de não ter tanto prestígio entre a população recifense, entre maracatuzeiros os conflitos são intensos nessa época. Só bastava os perdedores reivindicarem os méritos do maracatu vencedor do carnaval, para a confusão começar.

(...) os concursos representavam também uma forma de estabelecer os lugares sociais na cidade, mas também possuem a função de canalizar energias e impor regras de uma convivência minimamente harmoniosa entre os grupos. (...) os concursos representavam uma demarcação de lugares



sociais, também servem para que os maracatuzeiros e maracauzeiras dele se utilizem para alcançarem visibilidade e legitimar-se socialmente (LIMA, 2010. p.200).

O concurso servia como uma forma de gratificar aquele grupo que melhor desempenhasse a sua função enquanto mantedor da tradição de uma “nação africana”. O concurso servia também para diminuir as diferenças, desavenças e querelas. E se houvesse algumas brigas, fossem resolvidas no âmbito da civilidade, do julgamento pacífico e cordial, não cabendo protestos, revoltas ou brigas.

O CASO DO MARACATU INDIANO

Segundo o dicionário de Folclore Brasileiro, o significado da palavra maracatu é: um grupo carnavalesco pernambucano com pequena orquestra de percussão, tambores, chocalhos, gonguês, que percorre as ruas cantando, dançando sem coreografia, com maioria de negros em sua composição (CASCUDO, 1979).

Para o pesquisador e escritor Mario de Andrade,

A origem da palavra maracatu é americana: maracá= instrumento ameríndio de percussão, catu= bom, bonito. Em tupi, Mara= guerra, confusão, revolução, maracatu valendo como guerra bonita, ou seja, reunido sentido festivo e o sentido guerreiro do mesmo termo. O maracatu conserva textos guerreiros (ANDRADE, 1982, p.137).

Os maracatus rurais, também denominados de maracatu de baque de solto, não possuem a menor ligação com os maracatus nação que remontam às antigas coroações de escravos, nas igrejas de Nossa Senhora do Rosário. Os maracatus rurais surgiram no início do século XX, na Zona da Mata de Pernambuco, esses grupos eram formados por trabalhadores da cana de açúcar. Posteriormente na região metropolitana do Recife (RMR) foram criados alguns maracatus rurais, como por exemplo o maracatu Indiano.

As principais características do maracatus rurais são: mestre (tirador de loas ou cantador), Mateus e Catirina, burra Calu, baiana, índios, rei e rainha (esses dos últimos foram incorporados pela Federação Carnavalesca de Pernambuco). A figura que mais de destaca no maracatu rural e o caboclo de lança.

Os maracatus rurais até a década de 70 não tinham a mesma visibilidade e “prestígio” que os maracatus nação, para Medeiros (2005),

[...] até meados da década de 70, o maracatu rural ainda era pouco conhecido, sendo considerado uma manifestação perigosa, com muita magia e violência. Nas suas apresentações, registravam-se muitas brigas, com feridos e até mortos. Segundo os próprios maracatuzeiros que saíam para

brincar o carnaval no sábado, não sabiam se voltariam na terça-feira. Os caboclos portavam facas na cintura e até armas de fogo [...] (MEDEIROS, 2005,p. 62)

O Indiano foi fundado em 1949, no Alto do Deodato, região próxima a Beberibe. Nos primeiros cinco anos de sua existência foi um maracatu de orquestra. Depois se transforma em maracatu “nação” até 1991 quando é interrompido. Voltando a se apresentar pelas ruas do Recife em 1993. O maracatu traz em sua trajetória pelo carnaval do Recife uma característica que é de fundamental importância para compreender até que ponto as agremiação deveriam que se adequar as exigências da federação carnavalesca. Assim com também, nos permite analisar como um maracatu considerado “impuro” conseguiu tanto prestígio na época em que predominava a tradição. Pois, o maracatu Indiano foi um maracatu de orquestra, ou como é mais conhecido nos dias de hoje, era um maracatu rural, que se transforma maracatu nação por ordem da Federação Carnavalesca de Pernambuco em 1957.

Um dos principais líderes do maracatu Indiano foi Zé Gomes. Um homem de grande habilidade para conseguir recursos financeiros para o seu maracatu, assim como também era um bom comerciante. Segundo Ivaldo (2010), Zé Gomes era um homem muito dinâmico organizava festa para os integrantes do seu maracatu, era essa “generosidade” que fez dele um homem popular dentro do seu grupo. Na década de sessenta e setenta, enquanto os maracatus mais tradicionais como o Leão Coroado desfilava com poucos integrantes, o Indiano saía com mais integrantes. Isso garantiu a Zé Gomes muitos títulos nos desfiles da federação.



Ao centro Zé Gomes (Fonte: LIMA, 2010)

Katarina Real no seu livro o folclore no carnaval do Recife, recorda uma das comemorações do maracatu Indiano,

[...] Numa “festa da vitória” a que assistir no Indiano, cálculo que serviram quase 300 pessoas, tendo preparado dois porcos inteiros e mais de cinquenta galinhas. Comida muito saborosa, toda preparada pelo pessoal do grupo. Uma festa linda, alegre, com muita cerveja e aguardente para todos, e até uns “uísques” para “os doutô” (REAL, 1990, p.69).

Era esse carisma que fazia de Zé Gomes um dos maiores rivais de Luiz de França na década de 60. Pois, seu maracatu chegava a levar pelas ruas do Recife mais de 300 desfilastes. Ele gostava também de colocar novos personagens em seu maracatu e era essa habilidade em inovar que o fez ser visto de outra forma pela Federação Carnavalesca de Pernambuco. Foi com essas invenções que o Indiano ganhou o campeonato de 65 e na década de 70 conseguiu levar três campeonatos seguidos.

Zé Gomes também era um maracatuzeiro politizado, em uma entrevista a Armando Arruda (presidente da Comissão de Folclore de Pernambuco), concedida a Ivaldo Lima (2010, Armando fala a militância política de Zé Gomes.

(...) ARMANDO: Compadre Zé Gomes eu já conhecia de muito tempo, porque a gente sempre foi de esquerda. No governo do douto Arraes, em sessenta e um, sessenta e dois, aliás, sessenta de dois, sessenta e três, sessenta e quatro, a gente batia de frente com esse pessoal [...]. Batia de frente mesmo. [...] compadre Zé Gomes era de esquerda [...]

ARMANDO: [Zé Gomes] era da estiva e era do sindicato dos estivadores. Era delegado sindical. Aí pronto, quando eu tinha qualquer coisa, eu: “olhe compadre, junta a turma que a gente vai hoje, vai dar um auê. Até quando Dom Helder estava aqui, numa vida de Ulisses Guimarães, compadre Zé Gomes já velhinho ainda ligou para a sede do sindicato... Ainda levei uns quatro, seis, oito estivadores com a gente. Quando o cara tinha marcado de dar um pontapé em Dom Helder, levou um chute no baixo do ventre, aí a negrada de estivadores entrou, fez um cerco em Dom Helder e a gente foi levar Dom Helder lá na rua da fronteira (LIMA, 2010, p.167-168).

Essa militância política de Zé Gomes é de fundamental importância para compreender o período estudado, de 64 a 88. Este fato mostra que os maracatuzeiros não eram pessoas apolíticas. Ou seja, as evidências levam a crer que Zé Gomes tinha consciência do período que o país estava passando, pois tinha uma experiência política e estava ligando a pessoas politizadas, como por exemplo, Armando Arruda.

No ano de 1957 o Indiano deixa de ser de baque solto (maracatu rural) e passa a ser de baque virado. Essa “perseguição” não ocorreu apenas com o Indiano, mais também, com o Cambinda Estrela (1953), Almirante do Forte que se transformou em nação no período de 1965-1970.

Segundo Real (1990), os grupos de maracatus rurais do interior de Pernambuco há várias décadas vinham sofrendo perseguições pela Federação Carnavalesca Pernambucana, a

fim de forçá-los a mudarem de ritmo e também colocar “rei” e “rainha” como nos cortejos dos maracatus nação. Ainda segundo a autora a imprensa também perseguia os maracatus rurais.

Os maracatus rurais vêm sofrendo também fortes “perseguições” por parte da imprensa há vários anos. Aqui apresento um exemplo, que apareceu no Diário da Noite, de 11 de janeiro de 1966: “É simplesmente lastimável a apresentação destes maracatus descaracterizados que todos os anos aparecem no carnaval. Melhor seria que esses conjuntos fossem classificados como tais, pois maracatu com orquestra, flautas e pífano, com uma praga de “tuchaus” carregando nas traseiras aquela lataria pode ser tudo menos “nação africana” (REAL, 1990, p.82).

Essa perseguição aos maracatus de orquestra só tem fim nos anos 70. Mas, antes disso muitos maracatus rurais foram perseguidos e proibidos de se apresentar no desfile oficial organizado pela Federação Carnavalesca de Pernambuco, eles eram considerados não-autênticos.

O Indiano passa a sofrer algumas modificações em suas apresentações durante o carnaval do Recife. A Federação passa a interferir não só nas roupas dos integrantes do grupo, mas também, na inserção de certos personagens típicos dos maracatus nação.

O maracatu também teve que trocar as suas duas bonecas de pano, por exigência da Federação Carnavalesca. Passando a colocar bonecas de madeira. Na época os integrantes do grupo, afirmaram que as duas bonecas de pano tinham serviço feito, ou seja, recebiam obrigações, uma dá jurema e a outra do “santo”, e que isso poderia vir a prejudicar o grupo (FREIRE, 1994).

[...] o tratamento reservado à boneca no Indiano é bastante especial. Mesmo que não atenda rigorosamente ao que versa a tradição, ou seja, mesmo que tenha inovado ao levar bonecas de pano para o desfile, esse fenômeno é justificado ritualmente. Não se trata, portanto, de uma transformação “gratuita” (FREIRE, 1994, p.39).

Zé Gomes aceitou se adequar as exigências da Federação. Um dos motivos é que com essa transformação ele podia conseguir mais recursos financeiros para o seu maracatu. Mas foi a presença de Madalena, ex- mulher de Luiz de França, que permitiu ao Indiano ser visto como uma autêntica “nação africana”.

Madalena era mãe de terreiro, e era ela quem dava força ao discurso de Luiz de França ao afirmar que o Leão Coroado era o sucessor do maracatu Elefante de Dona Santa. A vinda dela para Indiano garante muitos títulos e prêmios, fazendo com que o maracatu tivesse grande representatividade entre as “nações”. Mas a memória tanto de Zé Gomes quanto do Indiano nós dia de hoje é pouco difundida tanto dentro dos meios acadêmicos quanto entre os maracatuzeiros.

[...] o anonimato atual da memória de Zé Gomes é inversamente proporcional a força de seu nome nos anos 1960 e 1970. O Indiano



constituía a maior referência entre os maracatuzeiros e maracatuzeiras desses anos. Se nos anos 1960 o grande rival do Leão Coroado, disputando com este grupo a hegemonia nos concursos carnavalescos, nos anos 1970 o embate foi travado com o Estrela Brilhante, o grupo da antiga rainha aliada de Zé Gomes, Maria Madalena. O Leão Coroado definhava a olhos vistos ao longo dos anos 1970. Apesar de ter conseguido arrebatar três títulos ao longo da década de 1970. Mas o Indiano brilhava... E o seu mestre, Natérsio, falecido em 1978, fazia escola com os batuqueiros de seu tempo. Facadinha, Zé de Tânia, Nido do Picolé, Quinina, Neguinho do Caminhão (LIMA, 2010, p.181-182).

O Indiano apresenta uma característica singular, pois não sendo uma autêntica “nação africana”, consegue se adequar as exigências que os organizadores do carnaval lhe impunham. E ganha destaque. Uma das hipóteses que pode ser levadas em consideração, é que Zé Gomes não viu a intervenção da Federação de forma repressora, porque ele possuía uma experiência política que lhe dava condições de resistir. Talvez ele desejasse o sucesso do seu maracatu, por isso, obedeceu as regras e por muitos anos brilhou nos carnavais do Recife e entre os que admiravam a sua generosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil ao longo de sua história passou por duas significativas ditaduras. A primeira ocorreu na década de trinta comandada por Getúlio Vargas, que promoveu uma verdadeira mudança na sociedade da época.

É no período que Vargas inicia a repressão a religião afro, sobre o comando de Agamenon Magalhães. Na primeira fase do governo Vargas, Agamenon Magalhães ocupou o Ministério do Trabalho em 1934 e em 1937 acumulou o cargo de Ministro da Justiça. No estado novo, foi um grande articulador, se tornou muito próximo do Presidente, sendo um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo.

Posteriormente Agamenon toma posse como Interventor do Estado, em meio a grandes comemorações como passeatas missas e discursos. Logo após a posse, o Interventor começa a dar a feição do seu modo de governar. Nessa época a repressão aos grupos de terreiros, pais e mães de santo se tornam rotina.

Uma das suas criações é a Federação Carnavalesca de Pernambuco criada em 1935. Após a sua criação inicia-se um período de perseguição aos maracatus rurais, nesse artigo foi tratado o caso do maracatu Indiano que sofre uma intervenção nessa época e deixa a sua tradição para se adequar as exigências dos “financiadores do carnaval”.





Porém, mesmo diante destes processos históricos de repressão e “falso apoio”, se os grupos de maracatus rurais conseguiram chegar até os dias de hoje deve-se primeiramente aos seus líderes e as suas habilidades para angariar recursos para os seus grupos. E não podemos esquecer os integrantes dos maracatus que, mesmo em tempos difíceis e sem prestígio público, defendiam a seu maracatu com muita propriedade. Vale as ações de Natércio, mestre do Indiano e seu Veludinho que dedicaram suas vidas em nome da “tradição”. No mais, vale ainda ressaltar a iniciativa de alguns membros dos órgãos públicos interessados em manter a tradição.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao Catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta.** Tese de Doutorado em História, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 4.ed. São Paulo: melhoramentos, 1979.

FREIRE, Janaina Cordeiro. **A mudança cultural em um Folgado popular: o caso dos maracatus.** Recife, monografia de conclusão de curso em ciências sociais, UFPE, 1994.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatus e maracatuzeiros: reconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias. Recife, 1930-1945.** Recife: Bagaço, 2008.

_____, Ivaldo Marciano de França. **Identidade negra no Recife: maracatus e afoxés.** Recife: Bagaço, 2009.

_____, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000).** Rio de Janeiro, Tese de doutorado em História, UFF, 2010.

MEDEIROS, Roseana Borges de. **Maracatu Rural: luta de classes ou espetáculo?.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** Recife: Massangana, 1990.

SILVA, Leonardo Dantas. **Maracatu: presença africana no carnaval do Recife.** Recife: FUNDAJ, 1988.

_____, Leonardo Dantas. Elementos para história social do carnaval do Recife. In: Maior, M. S.; Silva, L.D. **Antologia do carnaval do Recife.** Recife: Massangana, 1991.

_____, Leonardo Dantas. **Carnaval do Recife.** Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2000.